



REFERÊNCIA: Projeto de Lei da Casa nº 865/2024

AUTOR: DEPUTADO LÉO BARBOSA

ASSUNTO: *Institui o Programa de Incentivo ao Turismo Pedagógico no âmbito do Estado do Tocantins.*

RELATOR: DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO

PARECER DE RELATORIA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

I - RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei n.º 865/2024, de autoria do Ilustre Deputado Léo Barbosa, que tem por objetivo Instituir o Programa de Incentivo ao Turismo Pedagógico no âmbito do Estado do Tocantins.

Consoante a justificativa articulada pelo parlamentar, o turismo pedagógico visa proporcionar aprendizado e experiências, oferecendo oportunidades de ampliar o conhecimento, a cultura e a visão de mundo de seus participantes. Fortalecendo a educação, estimulando os alunos a novas descobertas, ao receber informações de uma forma diferente que possibilita melhorar a retenção do conhecimento, complementando o aprendizado de sala de aula.

Justifica ainda que incentivar o turismo pedagógico é uma maneira de promover a educação, a cultura, a economia local e o desenvolvimento sustentável do turismo em geral.

A propositura foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para receber parecer acerca de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 46, I, "a", combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno.

É a breve síntese do procedimento, passo à fundamentação.



II – ANÁLISE

Quanto à iniciativa, a propositura não se encontra dentre aquelas de iniciativa privativa, indicada no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, de modo que é facultado a qualquer parlamentar apresentar projeto de lei sobre o tema.

Ainda, analisando os aspectos constitucionais, o art. 23 da Constituição Federal de 1988 dispõe acerca de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para legislar sobre proteção aos documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Nesse sentido, a presente propositura encontra-se em plena consonância com a ordem constitucional e legal vigente, observando rigorosamente as normas regimentais desta Egrégia Casa Legislativa, bem como os princípios que norteiam a boa técnica legislativa.

III – VOTO

Ante o exposto, e reconhecendo a relevância social da presente proposição, e estando ela em plena consonância com a ordem constitucional e legal vigentes, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 865/2024, na forma apresentada.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 2024.

JOSE LUIZ PEREIRA Assinado de forma digital por JOSE
LUIZ PEREIRA JUNIOR:69385912100
JUNIOR:69385912100 Dados: 2024.11.13 08:21:06 -03'00'

PROFESSOR JÚNIOR GEO

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) Prof. Junior Geo, referente ao(a) PL n.º 865/2024.

OBS:.....

Encaminhe-se (a)(ao) Comissão Especial Substituta
Fiscalização e Controle

Sala das Comissões, 20 de Agosto de 2024

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

MEMBROS SUPLENTE

Dep. PROF. JÚNIOR GEO(✓)	Dep. GUTIERRES TORQUATO()
Dep. GIPÃO(✓)	Dep. MOISEMAR MARINHO()
Dep. NILTON FRANCO(✓)	Dep. CLEITON CARDOSO()
Dep. JORGE FREDERICO()	Dep. VALDEMAR JÚNIOR(✓)
Dep. CLÁUDIA LELIS()	Dep. VANDA MONTEIRO(✓)